Evangelho Segundo o Espiritismo Parte 155

PRECES PAGAS

3. Disse em seguida a seus discípulos, diante de todo o povo que o escutava: Precatai-vos dos escribas que se exibem a passear com longas tínicas, que gostam de ser saudados nas praças píblicas e de ocupar os primeiros assentos nas sinagogas e os primeiros lugares nos festins - que, a pretexto de extensas preces, devoram as casas das viívas. Essas pessoas receberão condenação mais rigorosa. (S. LUCAS, cap. XX, vv. 45 a 47, S. MARCOS, cap. XII, vv. 38 a 40, S. MATEUS, cap. XXIII, v. 14.)

4. Disse também Jesus: não façais que vos paguem as vossas preces, não façais como os escribas que, a pretexto de longas preces, devoram as casas das viuvas , isto é, abocanham as fortunas. A prece é ato de caridade, é um arroubo do coração. Cobrar alguém que se dirija a Deus por outrem é transformar-se em intermediário assalariado. A prece, então, fica sendo uma fórmula, cujo comprimento se proporcionaà soma que custe. Ora, uma de duas: Deus ou mede ou não mede as suas graças pelo nímero das palavras. Se estas forem necessárias em grande nímero, por que dizê-las poucas, ou quase nenhumas, por aquele que não pode pagar? E falta de caridade. Se uma só basta, é inítil dizê-las em excesso. Por que então cobrá-las? É prevaricação.

Deus não vende os benefícios que concede. Como, pois, um que não é, sequer, o distribuidor deles, que não pode garantir a sua obtenção, cobraria um pedido que talvez nenhum resultado produza? Não é possível que Deus subordine um ato de clemência, de bondade ou de justiça, que da sua misericórdia se solicite, a uma soma em dinheiro. Do contrário, se a soma não fosse paga, ou fosse insuficiente, a justiça, a bondade e a clemência de Deus ficariam em suspenso. A razão, o bom senso e a lógica dizem ser impossível que Deus, a perfeição absoluta, delegue a criaturas imperfeitas o direito de estabelecer preço para a sua justiça. A justiça de Deus é como o Sol: existe para todos, para o pobre como para o rico. Pois que se considera imoral traficar com as graças de um soberano da Terra, poder-se-á ter por lícito o comércio com as do soberano do Universo?

Ainda outro inconveniente apresentam as preces pagas: é que aquele que as compra se julga, as mais das vezes, dispensado de orar ele próprio, porquanto se considera quite, desde que deu o seu dinheiro. Sabe-se que os Espíritos se sentem tocados pelo fervor de quem por eles se interessa. Qual pode ser o fervor daquele que comete a terceiro o encargo de por ele orar, mediante paga? Qual o fervor desse terceiro, quando delega o seu mandato a outro, este a outro e assim por diante? Não será isso reduzir a eficácia da prece ao valor de uma moeda em curso?